

PROJETO DE LEI Nº 3.944, DE 2008

Dispõe sobre a criação das Funções Comissionadas do INPI – FCINPI, a extinção de cargos em comissão do grupo DAS, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para dispor sobre a remuneração das FCINPI.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado MILTON MONTI

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.944, de 2008, visa à criação de funções comissionadas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, à extinção de cargos em comissão do grupo DAS no âmbito do Poder Executivo e ao estabelecimento dos valores das Funções Comissionadas do INPI – FCINPI.

Para tanto, dispõe que são criadas 28 FCINPI-1, 83 FCINPI-2, 23 FCINPI-3 e 14 FCINPI-4, num total de 148 funções comissionadas, todas destinadas ao exercício de atividades de direção, chefia e assessoramento e de ocupação privativa por parte de servidores ativos em exercício no INPI.

O projeto dispõe, ainda, sobre a forma de remuneração dos ocupantes das FCINPI; sua distribuição na estrutura organizacional da autarquia, a cargo de seu presidente; e a implantação, com o auxílio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de programa de profissionalização dos servidores designados para sua ocupação.

A proposição em epígrafe, ao propor a extinção de 2 DAS-4, 11 DAS-3, 20 DAS-2 e 20 DAS-1, totalizando 53 cargos em comissão extintos, assegura que isto só ocorrerá a partir da data de publicação do decreto que aprovar a estrutura regimental e dos atos de designação decorrentes da nova estrutura.

É estabelecida, outrossim, a correspondência entre as FCINPI criadas e os cargos em comissão do grupo DAS, equivalendo a FCINPI-1 ao DAS-1, e assim por diante até a FCINPI-4, que corresponde ao DAS-4, esta última com direito à percepção do auxílio-moradia, que será concedido ao ocupante de acordo com as regras estabelecidas para os cargos de DAS de nível correspondente, qual seja o DAS-4.

Por fim, a proposição dispõe sobre a alteração do *caput* do art. 3º e do Anexo II da Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para incluir dispositivos sobre as FCINPI e seus respectivos valores remuneratórios.

Esgotado o prazo regimental de cinco sessões, aberto para apresentação de emendas ao projeto, nenhuma foi recebida.

Cabe-nos agora, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, analisar o mérito da proposição de acordo com o que dispõe o art. 32, inciso XVIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Nada há que se discutir quanto ao mérito do projeto, que visa profissionalizar os servidores ocupantes das funções do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI até o nível da função comissionada FCINPI-4, além de tornar sua ocupação privativa de servidores efetivos que estejam em exercício naquela autarquia federal. Tal mudança é crucial para a continuidade dos processos de trabalho da entidade, bem como para manutenção dos quadros de servidores técnicos, ante o surgimento de uma perspectiva de carreira. As

alterações propostas seguem, ainda, o mesmo modelo estrutural adotado no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

Quanto ao aumento do número de funções comissionadas, ante a extinção de cargos em comissão em número bem inferior, a exposição de motivos é exaustiva quanto aos processos de mudança em andamento na autarquia a partir da formulação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE, em 2003, que envolveram, entre outras ações, o acréscimo do quadro de servidores técnicos responsáveis pelo exame de marcas e patentes em aproximadamente 200%. Tal acréscimo, indubitavelmente, se reflete na necessidade de mais funções gerenciais e de assessoramento.

Não obstante, ao propor a modificação da Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, o projeto em epígrafe baseia-se em um texto da referida lei que não existe, o qual incluiria no *caput* do art. 3º referência a funções comissionadas do DNPM e uma alínea g, em seu Anexo II, referente aos valores remuneratórios de tais funções. Por esta razão propomos duas emendas para sanar o vício formal.

Em conclusão, nosso voto é pela APROVAÇÃO, no mérito, do Projeto de Lei nº 3.944, de 2008, com as duas emendas apresentadas em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado MILTON MONTI
Relator

PROJETO DE LEI Nº 3.944, DE 2008

Dispõe sobre a criação das Funções Comissionadas do INPI – FCINPI, a extinção de cargos em comissão do grupo DAS, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para dispor sobre a remuneração das FCINPI.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado MILTON MONTI

Emenda do Relator nº 1

Retire-se do texto proposto, no art. 6º do projeto, para o *caput* do art. 3º da Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, a expressão “das Funções Comissionadas do DNPM – FCDNPM.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado MILTON MONTI
Relator

PROJETO DE LEI Nº 3.944, DE 2008

Dispõe sobre a criação das Funções Comissionadas do INPI – FCINPI, a extinção de cargos em comissão do grupo DAS, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para dispor sobre a remuneração das FCINPI.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado MILTON MONTI

Emenda do Relator nº 2

Dê-se a seguinte redação ao título da tabela constante no Anexo III do projeto, proposto para inclusão no Anexo II da Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007:

“g) FUNÇÕES COMISSIONADAS DO INPI – FCINPI”

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado MILTON MONTI
Relator